



## **DA COR DO PECADO: a cultura afro-brasileira e a construção da identidade**

Ariane Cristina Xavier - PPGEDU/UEMS<sup>1</sup>

Ademilson Batista Paes – UEMS<sup>2</sup>

### **Introdução**

Um tema que, sem dúvida, vem ganhando destaque, pois ainda é evidente no Estado brasileiro em sua construção democrática, são as relações estabelecidas e como se deram historicamente, entre distintos grupos religiosos e aos direitos sexuais (DUARTE, et.al. 2009; GOMES, 2009; VITAL; LOPES, 2012).

Qualquer tentativa de mudança de hábitos ou visões de uma sociedade, necessariamente, precisam passar por mudanças na escola que visem a quebrar processos de reprodução de discursos e posturas preconceituosas, quando estas revelam-se inadequados as leis ou a um projeto de uma sociedade desejada. No caso brasileiro, a Constituição da República preconiza um Estado Laico e de direito, onde especifica, em seu artigo quinto, a igualdade entre todos os cidadãos do país.

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, 2012).

Em vista da constituição, portanto, a discriminação e a inferiorização de indivíduos, por motivos de qualquer natureza, passam a ser indesejáveis e devem ser combatidas, de várias maneiras, inclusive, através das práticas curriculares escolares. O estudo deste tema pode nos levar, não apenas no conhecimento ao outro, mas de nossa própria identidade “[...]”

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Pós-graduada em Neuropedagogia pela Universidade de Jales (UNIJALES), graduada em Pedagogia pela Faculdade Reunidas (FAR).

<sup>2</sup> Graduado em História e Pedagogia, Mestre em Educação (Universidade Católica Dom Bosco - UCDB), Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" - UNESP (Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara - SP), Pós-doutorando na Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Brasil. Bolsista do (a): Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPd, CAPES, Brasil.

muito aprendemos sobre nós mesmos quando estudamos o diferente” (GREEN; TRINDADE, 2005, p.51).

A religião tem sido, há muito tempo, objeto de estudo nos mais diferentes campos de pesquisa. Do ponto de vista científico, este estudo sempre causou resistência devido ao pensamento arcaico e latente, de que religião e ciência não se misturam, principalmente quando estes estudos estão voltados para abordagens religiosas no campo educacional, pois, mesmo vivendo num país “considerado” Laico, as raízes genealógicas se manifestam, mesmo que de forma inconsciente, em todas os âmbitos escolares, não só nos materiais didáticos, mas também nas didáticas praticadas pelos docentes e, muitas vezes, por cobrança do próprio sistema e das famílias que valorizam apenas a própria doutrina, desqualificando quaisquer outra que possa servir de ameaça aos valores tradicionais.

Na perspectiva de que a identidade não é estática, por estar em constante construção e ser formada culturalmente no âmbito do pensamento pós-moderno, a cultura adquire cada vez mais um papel significativo na vida social e, por conseguinte, na formação identitária, pois hoje, tudo chega a ser cultural. Neste contexto, é passível de afirmação dizer que o processo de construção do ser passa por caminhos que podem ser dolorosos e deixar cicatrizes profundas devido a comportamentos reprodutórios e/ou discriminatórios. Talvez seja exagero afirmar que estamos imersos numa cultura de discriminação na qual a demarcação entre “nós” e “os outros” é uma prática social permanente que se manifesta pelo não reconhecimento dos que consideramos não somente diferentes, mas inferiores, por diferentes características físicas e de comportamento, isto inclui a orientação sexual, classe, cor e no caso em específico, a religião.

O presente trabalho visa realizar um levantamento qualitativo das literaturas que abordam as temáticas em questão, na perspectiva de compreender melhor as questões discriminatórias, construídas historicamente, para com sujeitos afrodescendentes e homossexuais, voltando no tempo em busca de respostas para compreender este processo de construção ideológica, onde a igreja católica apresenta-se como pioneira e reguladora de comportamentos heteronormativos e eurocêtricos como modelo do sujeito aceito pela sociedade que ela mesma criou.

## **1. A religião**

A religião está presente desde as sociedades da antiguidade, demonstrando assim, como defende Louis Berkhof (1990, p. 24) a “[...] presença universal do reino de Deus [...]”

na mente humana. Quando falamos de religião, distinguimos de espiritualidade no seguinte sentido:

É um erro supor que pode haver uma religião totalmente interior, sem regra, liturgia, sem sinais exteriores de estados interiores. Em religião, tal como em sociedade, a forma exterior é a própria condição de existência (DOUGLAS, 1991, p. 79).

Dentro de uma análise dialética, Berger (1985, p. 15), sociólogo e teólogo considerado Laico, especialista em Sociologia da Religião, entende que a sociedade é produto do homem e o homem é produto da sociedade e que a religião e a diversidade fazem parte da construção do homem, cada um exercendo seu papel, todavia, interligados, contribuindo para as legitimações socioculturais. Para compreensão e melhor entendimento deste processo dialético, Berger divide-os em três momentos: a exteriorização, a objetivação e a interiorização, assim, o primeiro momento do processo dialético bergeriano, define-se:

O ser humano é exteriorizante por essência e desde o início. Esse fato antropológico de raiz com muita probabilidade se funda na constituição biológica do homem. O homo sapiens ocupa uma posição peculiar no reino animal. Essa peculiaridade se manifesta na relação do homem com seu próprio corpo e com o mundo. A diferença dos outros mamíferos superiores, que nascem com um organismo essencialmente completo, o homem é curiosamente inacabado ao nascer. (BERGER, 1995, p. 17).

A objetivação é o segundo momento do processo dialético, pode ser entendido da seguinte forma:

Embora toda cultura se origina e radique na consciência subjetiva dos seres humanos, uma vez criada não pode ser absorvida à vontade na consciência. Subsiste fora da subjetividade do indivíduo, como um mundo. Em outras palavras, o mundo humanamente produzido atinge o caráter de realidade objetiva. (BERGER, 1985, p.22).

Após a efusão da realidade ocorrida no primeiro momento, esta, posteriormente, adquire um status ontológico que será interiorizado num terceiro momento. De acordo com Berger (1985, p. 86), é neste momento que o homem passa a ser moldado pela sociedade que ele mesmo criou, a interiorização é portanto “[...] a reapropriação dessa mesma realidade por parte dos homens, transformando-a novamente, de estruturas do mundo objetivo em estruturas da consciência subjetiva [...]”. Deste processo dialético temos o que podemos denominar de socialização. Berger analisa a religião como empreendimento humano com o qual se estabelece um cosmo sagrado. Ele define como sagrado como algo apreendido pelo homem,

desta forma, o inverso do sagrado é o profano, por isto as manifestações históricas de ambos são tão distintas e complexas, onde o homem necessita classificar e separar o certo do errado.

O sagrado é aprendido como algo que salta para fora das rotinas normais do dia a dia, como algo de extraordinário e potencialmente perigoso, embora seus perigos possam ser domesticados e sua força aproveitada para as necessidades cotidianas. Embora o sagrado seja aprendido como distinto do homem, refere-se ao homem, relacionando-se com ele de um modo em que não o fazem os outros fenômenos não humanos. Assim, os cosmos postulados pela religião transcendem e, ao mesmo tempo, incluem o homem. O homem enfrenta o sagrado como uma realidade imensamente poderosa distinta dele. Essa realidade a ele se dirige, no entanto, e coloca a sua vida numa ordem, dotada de significado. (BERGER, 1985, p. 39).

Partindo da análise de Berger (1985, p. 41) que o mundo sempre teve impregnado do sagrado, podemos pensar na sexualidade humana como algo ligado às construções sociais, com grande influência da religião, a qual, sempre exerceu um papel regulador na moral da sociedade, Robinson Cavalcanti afirma: “A vivência da sexualidade não paira nos ares, tão pouco desconectado de um dado fundamental – a cultura” (CAVALCANTI, 1992, p. 15). É esperado um certo comportamento tanto do homem como da mulher e qualquer desvio é reprimido, pois: “as formas de expressão do desejo sexual não são inatas, elas são aprendidas pela experiência social e definida pela sociedade (GREEN; TRINDADE, 2005, p. 125).

Em relação à religião dominante, a sexualidade e as crenças afro-brasileiras, objeto de estudo, além dos já citados, alguns autores tornam-se importantes para a compreensão do tema desde a antiguidade até os nossos dias. Peter Brown (1990) trabalha com a construção do poder da Igreja Católica como eixo central às discussões a respeito da sexualidade e da espiritualidade, ou seja, continência sexual, jejuns, peregrinação, messianismo, celibato e virgindade.

Ronaldo Vainfas (1992), historiador e referência nos estudos e pesquisas que tratam do processo de escravidão e exploração sexual no Brasil, faz uma inquietante reflexão sobre temas que contribuíram para a construção de uma moral sexual no ocidente, desde os primórdios do Cristianismo ao fim da Idade Média; dialogando com Vainfas, Laura de Mello Souza (1986) realiza um estudo sobre a feitiçaria nos tempos coloniais, uma verdadeira arqueologia da religiosidade popular, com base em cronistas da época, devassa eclesiástica e processos da Inquisição. As ideologias doutrinárias fazem os valores religiosos impregnarem as concepções éticas na cultura e, os critérios de bem ou mal, se acham vinculados a fé, nesta perspectiva, os valores transcendem de geração à geração, onde o homem moral é o homem temente a Deus.

Sem dúvida, o poder dos ideais cristãos exerceu grande influência na moralidade sexual mundial e, em específico, no Brasil desde o seu descobrimento, já no primeiro impacto, os primeiros padres jesuítas referiram-se à nudez indígena como algo pecaminoso, pois “Os portugueses quando chegaram em terras americanas, ficaram horrorizados ao ver os índios nus e ao constatar como eles lidavam com a sexualidade. A expressão utilizada traduz bem o impacto: devassos do paraíso” (CECARELLI, 2007).

São os Tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam, os quais sendo de muito pouca idade têm conta com mulheres; porque as velhas, já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia nem de noite, é este genito tão luxurioso que poucas vezes tem respeito às irmãs e às tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos e alguns com suas próprias filhas; e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas [...]. (SOUZA, 1971).

Há um interessante diálogo sobre a tolerância e o respeito a todas as crenças religiosas, relatado por Leonardo Boff, ao participar de uma mesa redonda sobre religião e paz entre os povos. Boff relata que indagou ao Dalai Lama qual era a melhor religião, ao que respondeu: “A melhor religião é a que mais lhe aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor”. Boff tornou a perguntar: “O que me faz melhor? Dalai respondeu: “aquilo que te faz compassivo, mais sensível, desapegado, mais amoroso, humanitário, responsável [...] e a religião que conseguir fazer de ti isso, é a melhor religião [...]”. (FONSECA, 2011).

Na construção dessa nova história, no viés da livre construção identitária, no respeito à diversidade e aos Direitos Humanos, este Estado moderno, na tentativa de disfarçar o domínio da igreja moralista, adotou o princípio da liberdade religiosa, onde cada indivíduo professa sua fé onde e como quiser, que demandou tempo para que ele chegasse à aceitação de que os homens eram capazes de organizar a vida em sociedade a partir de princípios éticos laicos (MARTINEZ, 2006).

Desse modo, o Estado Laico é uma das conquistas da democracia que busca assegurar o respeito e o trato igualitário entre os diferentes, uma das características que torna o ser humano rico e plural é a diversidade, ou seja, a capacidade que temos de sermos diferentes entre si, apesar de parecidos. O que nos falta para fazer jus a este Estado Laico é, de fato, o respeito para com o outro e o combate a intolerância, ações que perpassam as questões educacionais que, neste caso, nos leva a refletir o papel da escola no trabalho referente a estes conteúdos atitudinais.

## 2. Religião e homossexualidade

O percurso feito até agora, nos faz refletir o quanto nossa formação ao longo do processo histórico sofreu influência religiosa, sendo assim, não poderia ser diferente ao se tratar das questões relacionadas a prática e orientação sexual.

Culturalmente, vivemos numa sociedade extremamente heteronormativa, onde o homem e a mulher são vistos como máquinas reprodutoras e, a sexualidade, sendo vista e caracterizada a mercê desta função. Nesta concepção, torna-se comum a dificuldade de se distinguir os conceitos de identidade de gênero, identidade sexual, e orientação sexual. Nesta sociedade, predominam, por seu contexto sócio-histórico e cultural, valores do imaginário judaico-ocidental-cristão, sob o qual se alicerçou a sociedade moderna, a dificuldade do sujeito enquanto responsável pelas escolhas as quais farão parte da sua construção identitária, dar-se-á frente ao preconceito normativo que perpassam por inúmeras gerações até os dias atuais.

A sexualidade humana manifesta-se através de padrões culturais historicamente construídos e determinados, onde a sociedade se incumbe de reforçá-los ao longo da história da humanidade, a sexualidade pôde ser experienciada por culturas e períodos de abertura sexual, intercalados por momentos de recato e privações (FOUCAULT, 1984).

Segundo Mott (2001) - antropólogo, historiador, defensor das causas LGBTI e também homossexual - dos diferentes grupos sociais que constituem o povo brasileiro, são os homossexuais que representam as maiores contradições e surpresas em sua história, grupo este cuja memória é a mais rica em detalhes. Mott (2001) diz ainda que a homossexualidade ou sodomia (termo bíblico) como era conhecida na história antiga, equiparada a traição nacional, foi o delito que mais deixou registros para o resgate de suas memórias sobre as punições as quais foram submetidos os seus praticantes. Segundo o autor, ele mesmo realiza importantes registros acerca da história sobre a homossexualidade neste país desde o início da colonização, entre eles podemos encontrar diversos homicídios sem nenhuma preocupação no que diz respeito à sua dignidade.

Com a expansão do cristianismo como religião dominante e elitizada, a sociedade passou a impor maneiras rigorosas para regular o sexo. A hipótese de que a igreja culminava uma forte repressão ao sexo, traduz-se na sociedade, um grande mecanismo de poder que induzia o surgimento de novos discursos sobre o sexo e ditava como ele deveria funcionar, ser praticado (FOUCAULT, 1984). Mesmo que o tema cause muito preconceito e levante tabu

entre as pessoas, devemos perceber que a identidade sexual e religiosa não pode ser vista como um dado a ser controlado por alguém ou por alguma instituição, devemos colocar o respeito ao outro como princípio máximo desta questão. Para Foucault (1999), o sujeito produz-se nas relações de poder, não tem autonomia, ele se materializa pelas posições de sujeitos que definem seus discursos pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios.

Ao se falar na construção identitária do indivíduo e sua orientação sexual e doutrinária e, o quanto os preconceitos e valores enraizados no comportamento humano interferem nesta construção e aceitação ao tratarmos da cultura brasileira, em seu caráter uno, é algo de sérios questionamentos baseados no multiculturalismo que marca a formação social do país de diferentes grupos étnicos. O primeiro encontro com o processo de construção de um “eu”, por meio da visão do reflexo de um eu corporificado, de um eu que tem fronteiras, prepara, assim, a cena para todas as identificações futuras. (SILVA, 2014, p. 64)

Se prestarmos, pois, atenção a teorização cultural contemporânea sobre identidade e diferença, não poderemos abordar o multiculturalismo em educação simplesmente como uma questão de tolerância e respeito para com a diversidade cultural. (SILVA, 2014, p. 96).

Neste viés, compreende-se que a educação ocupa um lugar importante no trato das questões de diversidade, não só por seu caráter formador, mas por ser o local de circulação de informações e de relações sociais, portanto, a possibilidade da quebra de paradigmas dogmáticos se constitui dentro do contexto educacional, institucionalizado ou não.

### **3. Religião, homossexualidade e afrodescendência**

Os ideais de conhecimento científico, racionalidade, os quais o povo europeu se arrogava o título de depositário, estavam em pauta quando este constituinte colocou em prática suas pretensões coloniais e neocoloniais. Mesmo com toda a justificativa, tais processos é, no plano discursivo, perspectivas que se encerram:

Os africanos são identificados com designações apresentadas como inerentes às características fisiológicas baseadas em certa noção de raça negra. Assim sendo, o termo africano ganha um significado preciso: negro, ao qual se atribuiu um amplo espectro de significações negativas, como frouxo, fleumático, indolente e incapaz, todas elas convergindo para uma imagem de inferioridade e primitivismo. (HERNANDEZ, 2005, p. 18).

Considerando estas informações, a cultura afro-brasileira é um termo de aplicação genética, pois não existe uma única cultura africana, muito menos brasileira, haja vista que somos um país ameríndio colonizado por europeus e, posteriormente, imigrado por orientais. A identidade afro-brasileira foi construída ao longo dos tempos, por posição dos indivíduos ligados a manifestações religiosas. O estudo sobre a escravidão, tanto em seu contexto histórico quanto antropológico, mostram como as etnias estiveram convivendo, configurando uma sociedade extremamente plural, nesse ponto reside uma das características da identidade.

Refletindo sobre o poder do cristianismo no espaço educacional e, em uma educação para poucos, onde apenas a sociedade elitizada tinha acesso ao saber institucionalizado, indagar sobre o lugar que o negro ocupa nesta sociedade e como a igreja o tratou, historicamente, é fundamental para a compreensão da sua constituição como sujeito.

Quando as estruturas sociais foram dissolvidas pela escravidão, os antepassados perderam seu lugar privilegiado no culto, sobrevivendo marginalmente no novo contexto social e ritual. As divindades mais diretamente ligadas às forças da natureza, mais diretamente envolvidas na manipulação mágica do mundo, mais presentes na construção da identidade da pessoa, os orixás divindades de culto genérico, essas sim vieram a ocupar o centro na nova religião negra no território brasileiro. (PRANDI, 2006, p. 96).

Os aspectos históricos são, portanto, fundamentais na busca da construção da identidade e compreensão da subjetividade humana. Os estudos antropológicos são peças chave no entendimento do passado para transcender o preconceito do presente, toda essa caminhada evidencia a luta e a reflexão produzida para o reconhecimento da livre orientação sexual, identidade de gênero e diversidade religiosa descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entender a cultura de um grupo étnico e sua história, é primordial para questionar o passado e compreender o presente.

Nessa perspectiva, o caráter hegemônico ou mesmo a capacidade de organização e pressão social serviram e servem de justificativa para que agentes do poder público favoreçam ou tomem decisões que implicam a sociedade como um todo a partir de interesses de grupos e/ou instituições específicas.

Podemos dizer que o que nos torna mais semelhantes enquanto gênero humano é o fato de todos apresentarmos diferenças: de gênero, raça/etnia, idades, culturas, experiências, entre outros. E mais: somos desafiados pela própria experiência humana a aprender a conviver com as diferenças. O nosso grande desafio está em desenvolver uma postura ética de não hierarquizar as diferenças e entender que nenhum grupo humano e social é melhor ou pior do que outro. Na realidade, somos diferentes. (GOMES, 2007, p. 22).

Dessa forma, as dimensões de gênero, raça e cultura ainda encontram-se lutando, mesmo dentro da possibilidade de construção de um outro mundo, por um lugar de reconhecimento.

#### **4. A história oral como fonte histórica**

A metodologia selecionada para este trabalho de pesquisa é o da História Oral, pois, tal método permite, através do estudo de caso, o acesso à subjetividade direta do pesquisado, haja vista que, a História Oral produz narrativas orais que são narrativas de memória. Então se depreende que a História Oral é um misto de método, fonte e técnica, pois, segundo Alberti, é um método que privilegia o acesso a informações diretamente das fontes testemunhais, no caso da pesquisa, um docente homossexual, negro e pai de santo. Esse método produz fonte, que são os depoimentos, as narrativas, as quais são colhidas através da técnica da entrevista e que ficam à disposição dos estudiosos.

Os registros, que são gravados por meio de recursos tecnológicos, são as emoções, sentimentos, a memória viva de pessoas comuns que fornecem seus depoimentos. Por meio de lembranças pessoais, os entrevistados relatam suas experiências em determinados contextos e, com isso é possível obter uma visão mais complexa sobre suas visões de mundo e do grupo social que pertencem. Thompson (2005) diz que: “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta”.

A pesquisa trará uma abordagem antropológica e, por vezes, etnográfica, pois, ao se trabalhar a história de grupos étnicos, a antropologia possibilita o diálogo com a fonte oral que resultará na análise de dados contribuindo para a História da Educação e como a cultura analisada se constituiu ao longo do tempo.

As entrevistas não estruturadas oferecem flexibilidade e a liberdade de improvisar, permitindo ao entrevistado expor suas angústias e anseios, oportunizando ao pesquisador, questionar e esclarecer possíveis dúvidas e inquietações sempre que achar viável para a expectativa da pesquisa.

[...] a História Oral é uma metodologia de pesquisa de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravados de fitas. Ela consiste na realização de entrevistas gravados com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. (ALBERTI, 2005, p. 155).

Espera-se que o estudo alcance, através dos resultados das análises e dos relatos, dados que possam amparar e ser úteis na melhoria da qualidade de vida das vítimas de preconceitos.

As razões para o uso da História Oral sempre evocam a possibilidade de usar as múltiplas expressões que servem à comunicação dos sujeitos históricos nas relações sociais:

A abordagem metodológica escolhida para o desenvolvimento deste estudo, de caráter qualitativo, foi a História Oral, metodologia que privilegia os testemunhos não escritos, as fontes não hegemônicas e, ao mesmo tempo, dialoga com uma multiplicidade de fontes escritas, visuais e inclusive as oficiais. (PEREIRA, 2008, p. 162).

Meihy (2015) classifica a História Oral em três tipos: história de vida, história temática e tradição oral. Para tal metodologia, o gênero escolhido foi da história de vida que, além dos fatos, admitem fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções.

Por uma ou outra via, contudo, tem-se um leque de aceitação enorme, que tanto permite aos leitores de literatura como os estudiosos da área de humanidades e mesmo ciências clínicas se aproximarem das histórias de vida. Nessa direção, o acréscimo de 'oral' às histórias de vida é um ganho permitido pela junção de aparelhagem eletrônica com os procedimentos que se enfeixam nos critérios da investigação em história oral. (MEIHY, 2015, p. 37-38).

A opção por essa metodologia se deu por proporcionar ao historiador a integração de diferentes práticas. Neste estilo de trabalho, a tarefa de produzir o conhecimento histórico se torna especialmente rica e atual, pois implica reflexão teórica, trabalho empírico e de campo; uma maior ligação e vínculo interpessoal; um processo de produção de conhecimento científico, ou seja, um processo que permite ao pesquisador se transformar no que sempre pretendeu ser, um historiador.

### **Considerações Finais**

Só é possível vislumbrar uma educação capaz de formar sujeitos livres e autônomos pensando numa sociedade reflexiva, participativa, que consiga unir conhecimentos teóricos em práticas eficientes considerando cada indivíduo em sua especificidade, num movimento

crítico e dialógico. Dessa forma, sem abuso de metáforas, a pesquisa busca emergir um sentido vivenciado ao processo educacional enquanto ação concreta, na busca compartilhada de soluções a partir da valorização da compreensão que o indivíduo têm de sua realidade.

Trabalhar com memórias é resgatar no indivíduo suas mais íntimas e subjetivas lembranças, optar pelo trabalho com a história oral significa ter responsabilidade na produção de uma nova fonte de pesquisa da temática abordada, porém, por se tratar de versões subjetivas, o cruzamento com outras fontes se faz necessário para estabelecer uma análise dos fatos, considerando os diferentes contextos históricos pelo viés de quem escreveu e de quem viveu.

Estabelecer um diálogo entre passado e presente é reconstituir histórias com um novo olhar, para tanto, o levantamento bibliográfico das produções científicas e teóricas, fazem-se um suporte necessário para a compreensão das realidades narradas, articulando-as de forma objetiva. O trabalho que se irá produzir contribuirá para a História da Educação brasileira oferecendo reflexões acerca da intolerância ao outro e as razões que perpassam as posturas genealogicamente constituída.

## Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BERGER, Peter L. *O Dossel Sagrado elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulinas, 1985.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.
- BROW, Peter. *O corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- CAVALCANTI, Robinson. *Libertação e sexualidade*. 2. ed. São Paulo: Temática Publicações, 1992.
- CECCARELLI, Paulo Roberto. *Sexualidade e preconceito*. Disponível em: <<http://www.ceccarelli.psc.br>> Acesso em: 17 dez. 2007.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo: ensaio sobre as noções de poluição e tabu*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- DUARTE, L. D. F. *Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- FONSECA, P. E. B. *Qual a melhor religião*. Semanário da Zona Norte. São Paulo, maio de 2011. Disponível em: <http://www.semanariodazonanorte.com.br/exibenoticias.asp?idnews=3143>. Acesso em: 05 set. 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade I – A Vontade de Saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

- FOUCAULT, Michel. *A História da Sexualidade II – O uso dos prazeres*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.
- GOMES, Nilma Lino. *Indagações sobre currículo: diversidade e currículo*. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GREEN, James N.; TRINDADE Ronaldo (Org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MOTT, Luiz. *O/A Jovem homossexual na escola*. Noções básicas de Direitos Humanos para Professores/as da Educação Básica. Bahia: Editora Grupo Gay, 2001.
- PRANDI, Reginaldo. Referências Sociais das Religiões Afro-Brasileiras: Sincretismo, Branqueamento, Africanização. In: CARDOSO, Carlos; BACELAR Jeferson (Org.). *Faces da tradição afro-brasileira: religiosidade, sincretismo, reafricanização, práticas terapêuticas, etnobotânica e comida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- TREVISAN, João Silvério. *Devassos do Paraíso*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.